

PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DA EDUCAÇÃO

**PATOLOGIZAÇÃO DO FRACASSO
ESCOLAR**

ADALBERTO DE SANTOS LIRA

Orientador (a): Prof.^a Jessica Prudente

2024



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 Patologização	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
3. METODOLOGIA.....	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	23

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, razão da minha existência, bem como da minha trajetória de vida.

Agradeço de igual modo aos meus pais, irmãos e familiares.

Agradeço de modo especial aos professores do curso, assim como, a orientadora, Prof.^a Jéssica Prudente pela inestimável contribuição e orientação nesse trabalho.

E, queria também agradecer a um querido amigo, prof. Thiago Oliveira, que deu uma imensa contribuição no transcorrer ao longo da escrita do trabalho.

Gratidão a todos.

EPÍGRAFE

**“A diversidade precisa ser considerada para a análise da singularidade do
sujeito.”**

(Boa Ventura de Sousa Santos)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDC – Centro de Controle e Prevenção de Doenças.

CRP – Conselho Regional de Psicologia.

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

PP – Proposta Pedagógica.

SUS – Sistema único de Saúde.

TEA – Transtorno de Espectro Autista.

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

TOD – Transtorno Opositor Desafiador.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas de Desenvolvimento para a Infância e Juventude.

RESUMO

Este estudo se propõe a discutir as causas e as consequências de forma crescente da patologização do fracasso escolar, fato este a ser objeto de uma investigação precípua dada à banalização da medicalização de forma endêmica no contexto escolar. O objetivo desse trabalho é discutir os diferentes contextos em que se justifica o fracasso escolar através do uso indiscriminado de medicamentos, buscando assim mascarar as diferentes causas que ensejam o fracasso escolar, bem como os inúmeros diagnósticos de crianças que passam a ser rotuladas como patologizadas, colocando sempre a culpabilidade ora na família, e, de forma indiscriminada, na própria criança. O contexto atual demonstra evidências que incidem na discussão que viabiliza uma série de indagações a serem respondidas para que se possa de fato entender a lógica de tantos casos de diagnóstico que incidem no uso da medicalização no âmbito escolar. Dessa maneira, esse trabalho deve ser foco de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de uma revisão de literatura de natureza exploratória, e de forma assertiva pretende-se contribuir à luz da psicologia educacional e escolar, e assim discutir a lógica da patologização que por vezes tem sido utilizada como reforço significativo na incidência do fracasso escolar.

Palavras-chave: Patologização; Psicologia Escolar; Fracasso Escolar; Medicalização.

ABSTRACT

This study aims to discuss the causes and consequences of the increasing pathologization of school failure, a fact that should be the object of a major investigation given the trivialization of medicalization in an endemic way in the school context. The objective of this work is to discuss the different contexts in which school failure is justified through the indiscriminate use of medications, thus seeking to mask the different causes that lead to school failure, as well as the countless diagnoses of children who come to be labeled as pathologized, always placing the blame on the family and, indiscriminately, on the child himself. The current context demonstrates evidence that influences the discussion that enables a series of questions to be answered so that one can actually understand the logic of so many diagnostic cases that affect the use of medicalization in the school environment. In this way, this work must be the focus of a bibliographical research, using a literature review of an exploratory nature, and in an assertive way it is intended to contribute in the light of educational and school psychology and thus discuss the logic of pathologization that sometimes has been used as a significant reinforcement in the incidence of school failure.

Keywords: Pathologization. School Psychology. School Failure. Medicalization.

1. INTRODUÇÃO

A patologização do fracasso escolar é um dos mecanismos de subterfúgio utilizado no contexto escolar, e pela lógica capitalista, o que se vê é um incremento desenfreado de laudos patologizantes adentrando o universo educacional.

A lógica medicalizante de acordo com Nunes e Silva (2021) apud Collares e Moisés (1994) significa transformar questões que são de origem política e social em questões médicas, isto é, encontrar motivos biológicos para abordar problemas dessa natureza. Entende-se que a medicalização, propõe um viés individualizante e universalizante, ou seja, há um padrão onde todos precisam estar ajustados a norma vigente.

Sendo assim, a prática medicalizante como preceitua Lima e Faria (2019), é tida como o discurso hegemônico para o fracasso escolar “sintetizado” no discurso fraturado, onde se podem justificar de forma banalizada as dificuldades de escolarização, centrada apenas no interesse do aluno e simultaneamente, nos problemas originários na própria criança e na desorganização de sua família.

Dada a complexidade da problemática para famílias e professores, que se veem diante de alunos com perfis ditos atípicos, sendo considerados como problemáticos, e que apresentam dificuldades em aprender, e tidos como ‘diferente’, coloca as famílias, na maioria das vezes em uma situação preocupante. O que os deixa por vezes, sem saber o que fazer, e assim acaba por recorrerem à escola, como forma de encontrar possíveis soluções que possibilitem o desenvolvimento educacional de seus filhos.

A instituição escolar, por sua vez, ao dar previsibilidade de um diagnóstico que se encaminha a um profissional da área da Psicologia e da Psiquiatria, e até mesmo da área médica, pode evidenciar a lógica patologizante, pois esta fica refém de uma análise clínica apenas por anamnese protocolar sem levar em consideração o contexto social dado à situação da criança e do sofrimento familiar.

E, nesse sentido, há muito sofrimento e angústia tanto para a instituição escolar quanto a esse profissional, que incorre em não saber lidar com a questão que se coloca como desafiadora frente às questões de ordem epistemológicas e

científicas, que por sua vez tende a ser muito mais de ordem social e familiar, que denotará muitas vezes em dificuldades de aprendizagem dessa criança.

A família e a escola estão num contexto de extrema dificuldade, pois o desafio que lhes é imposto é severo quanto à problemática da medicalização do fracasso escolar, já que se tornou mais fácil rotular um aluno atípico com dificuldades de aprendizagem, apenas como patologizante.

1.1 Patologização

É de suma importância considerar o que significa patologização, já que demanda uma discussão pertinente no âmbito escolar e que permeia a educação brasileira nos últimos anos. Primeiramente, é preciso entender o que é o termo patológico, pois, esse está ligado à presença de uma doença ou distúrbio.

Quando algo é descrito como patológico, isso indica que há uma alteração ou anormalidade em relação ao estado saudável. Essa alteração pode ser observada em diferentes aspectos da saúde, como físico, mental e emocional.

No que concerne à educação e ao ambiente de aprendizagem segundo o Conselho Regional de Psicologia (CRP), apud Félix et al. (2022), portanto questões não médicas, poderiam ser vistas como problemas médicos e/ou psiquiátricos, desse modo seria o ato de individualizar questões sociais e transformá-las em doença, transtornos, distúrbios etc.

Diante disso, de acordo com Paula (2014), vigora-se a lógica medicalizante, que se expressa na visão biologicista do ser humano como deformidade no seu aparato orgânico dentro de uma visão apenas orgânica, sem que se leve em consideração as diferentes possibilidades de aprendizagem desse sujeito que, por vezes, não se ajusta ao aprender dentro de uma educação formal e padronizada, que mais exclui do que integra o sujeito ao seu curso de desenvolvimento.

Obstante a isso, a visão patologizante reduz o ser humano a um ser patológico, visto como um aluno-problema pelo fato de ter alguma dificuldade de aprendizagem, ou distúrbios, que não podem definir as reais possibilidades de aprendizagem de um educando em suas especificidades.

É importante ponderar que ambos os conceitos não podem ser confundidos como a mesma coisa, pois dificuldades de aprendizagem possivelmente a maioria das crianças têm, mas distúrbios de aprendizagem podem apresentar-se em alguns

casos, e exige da família e dos profissionais da educação sempre uma análise cuidadosa e eficiente.

Nesse contexto de diagnóstico, o mesmo deveria ser preciso e bem fundamentado que pudesse ser via condutora, onde se encaminhasse de forma propositiva as melhores estratégias para fazer o acompanhamento da criança, bem como todo o processo de seu desenvolvimento, o que seria o ideal para que se evitasse e mitigasse o sofrimento familiar, e principalmente da própria criança.

No caso, ao permitir isso, não deixa de ser uma forma do uso de diagnósticos de modo a ser naturalizado e sem o mínimo de criticidade e reforçando-o na perspectiva indiscriminada. A partir disso é inegável que a escola se encontra diante de um processo que viabiliza a naturalização e até mesmo a banalização do fracasso escolar.

E, diante desse desafio, é que esse trabalho se faz pertinente porque deriva da busca e o entender a complexidade envolta do processo resultante na patologização do fracasso escolar, evidenciando as suas causas e consequências para a fundamentação da falta de investimento como atenção básica, já nos primeiros anos de ingresso dessa criança em idade escolar, assim como os serviços de atenção básica direcionado por parte do Sistema Único de Saúde (SUS), como atenção primária, que poderiam ser prestados por parte dos profissionais da área da saúde.

É fundamental que se tenha atenção mínima através de instrumentos sociais, bem como focar de forma criteriosa, e enquanto atendimento, tratar de forma especial cada caso num contexto que se possibilite uma visão holística, nos pormenores sinais e evidências, quer seja de um transtorno ou dificuldade apresentada por cada criança.

Diante da ênfase dessa pesquisa objetiva-se no cerne central analisar de forma crítica os diferentes contextos que ensejam na produção do processo de patologização do fracasso escolar, e de modo mais específico, discutir como a patologização tem ocorrido nos diferentes contextos da vida social e escolar.

Assim como, analisar as diferentes possibilidades de contribuição da psicologia escolar frente à problemática em questão, podendo assim perceber os efeitos da medicalização, que assevera enormemente as dificuldades no campo educacional, que tem sido utilizado para justificar os ditames do fracasso escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A patologização do fracasso escolar é em si uma questão que exige um olhar crítico e uma visão acurada dos problemas dele decorrente, pois não se restringe a fatores isolados em si mesmos, mas desafiam o desenvolvimento da educação brasileira. E, nesse sentido, é importante dialogar com diferentes análises acerca da problemática.

Segundo Reghelin (2015) a escola ao considerar o que é diferente como sinônimo de doença, foi se buscar na patologia respostas para seus problemas, como o fracasso escolar, (sendo que poderia ser outra vertente) mas o que é percebido é a predominância dos ditames da medicalização indiscriminada.

Já na visão de Collares e Moisés (*apud* Reghelin, 2015) resolver problemas pedagógicos através de receituários médicos ganhou notoriedade de uso medicalizante, logo a medicalização passa a ser entendida como atribuição ao indivíduo, da causa do fracasso escolar, culpabilizando-o.

A ação dos profissionais da área de saúde, não deixa de ser importante. Todavia, as suas contribuições, não podem ser restritas à lógica do receituário pronto e inacabado sem nenhuma relevância para com as questões de ordem social, econômica e política desses sujeitos.

Desse modo, não pode ser desprezado. O que se pode inferir é que a problemática exige ação em conjunto e, enquanto evidências reais e desafiadoras, estas, por sua vez, podem ensejar práticas não patologizantes, como possibilidades na resolutividade dos problemas socioemocionais que demarcam o chão da escola.

Mesmo assim, esse envolvimento está eivado por uma visão de que o adoecimento de crianças é algo natural e subjacente à ideia de assim serem tratados como mentes adoecidas, porque não se ajustam em conformidade as regras do universo escolar homogeneizante e disciplinador.

Isto, na maioria das vezes, é visto como simplista diante de um problema que é extremamente mais complexo e, contudo, deriva de vários fatores que demandam investigação e uma análise estrutural e interdisciplinar. Então é muito mais fácil culpabilizá-los, rotulando-os como seres doentes e estigmatizados.

Nessa lógica, os estudos acerca do processo de medicalização não são produtos do presente, mas já são uma constante atribuir nos ambientes escolares patologias às crianças cujo comportamento destoa dos parâmetros e do padrão dito, dentro da normalidade, com isso a criança ao apresentar uma determinada dificuldade passa a ser rotulada por uma patologia.

Segundo Patto (1996) é comum que naquele ambiente não saibam o nome da criança, mas a chamem de hiperativa, deficiente mental, autista, entre outros termos que pertencem aos manuais de diagnósticos, que são de uso exclusivo e de atendimento de médicos e profissionais da saúde.

E, é nesse sentido, que o ato de biologizar pelos estudos de Christofari (2021), perpassa todos os fenômenos subjacentes, transformando questões não-médicas em demandas de um processo dicotômico, saúde-doença, que deu origem a expressão “medicalização”. E, de certa forma, a problemática se faz contundente às demandas insurgentes no contexto escolar.

Em um dado momento a área médica não conseguiu abarcar todos os conflitos inerentes às dificuldades apresentadas, ora como dificuldades de aprendizagem ou mesmo como problemas de ordem comportamental, que, por via de análise, exigiu melhor atenção de um profissional clínico especializado, daí a necessidade de novos saberes como a Psicologia, Psicopedagogia e outros. Por isso, a substituição do termo medicalização por outro mais abrangente – como patologização (Collares; Moisés, 1994, p.26).

Essa discussão permeia a literatura desde a década de 1990, com os estudos de Patto (1996) e Collares (1994). A alta incidência de diagnósticos e de queixas escolares demandadas nos diferentes contextos sociais da vida escolar tem insurgido e fomentado o uso de fármacos por crianças da mais tenra idade e tem despertado o olhar da academia e de diferentes autores como Moisés, Collares (2014), Meira (2012) e Christofari (*et al.*,2015).

É altamente inquietadora a vigência da medicalização, pois se chega à forma de diagnósticos que, na maioria das vezes, legitimam possibilidades de cura para tais questões que viriam em forma de ação medicamentosa. Sendo assim, a mesma seria utilizada para salvar o homem em sua saúde física e mental tendo melhora substancial daquilo que poderia ser deteriorado facilmente e que lhe viesse acarretar uma vida saudável dentro dos padrões de normalidade.

Na visão de Guarido (2011) quando se tem que medicalizar trata-se de um fenômeno que tem o sentido geral de reduzir os problemas sócio-políticos a questões individuais. Em consonância a isso, o processo de medicalização é de certa forma, um modo de culpabilizar o sujeito centralizando nele mesmo todas as questões de seu fracasso, e reduzindo-o a casos de insucesso escolar, sem que o mesmo possa reagir, pois, o processo se dá de forma institucionalizado.

Nesse contexto, não é mais viável pensar um processo de escolarização, onde o cerne do trabalho pedagógico seja de procurar culpados por elementos que ensejam em dificuldades de aprendizagem, onde esse aluno seja tão estigmatizado por não conseguir adequar-se às hierarquias e competências da escola.

Na maioria das vezes, este ser já se encontra subjugado e condenado ao fracasso escolar, à sujeição e, por vezes, a sua condição socioeconômica ditará como será o seu processo de insucesso escolar e terá como solução plausível o rótulo medicalizante de forma a conviver com estereótipos e estigmatizações, que se darão num processo contínuo levando, muitas vezes, esse educando ao abandono escolar.

Assim, segundo Sousa apud Scarin (2010), ao se discutir a questão da utilização de medicamentos do ponto de vista do processo de escolarização, considera que o aumento na prescrição de Metilfenidato reflete também uma necessidade de a escola se repensar e rever as formas como tem constituído suas relações de ensino e aprendizagem.

O tratamento medicamentoso não pode ser a única via possível que permita uma análise das dificuldades na escolarização, sem levar em consideração os inúmeros fatores desencadeantes de tais dificuldades apresentadas no percurso escolar da criança. E, nessa perspectiva, é vital que se busque diferentes estratégias que permitam uma análise acurada de todo o contexto que permeia a realidade desse sujeito, não incorrendo em soluções mágicas e medicalizante sem o mínimo de critério e rigor científico.

Diante do citado acima é imprescindível que se compreenda que as dificuldades de aprendizagem existam e estão a desafiar a práxis pedagógica no chão da escola, e nesse sentido, a escola não pode, e tampouco deve se eximir de tais responsabilidades, enquanto instituição escolar no seu fazer pedagógico.

É interessante que se atenha à subjetividade do sujeito sem desprezar a sua potencialidade humana, e como esse sujeito passa a ser visto com um ser ontológico, que é a visão do além do visível, todavia como um ser integral.

E muito mais, sendo visto através da realidade de sua natureza humana, não simplesmente atrelado ao biopatológico, que é uma forma indiscriminada de ver o sujeito apenas como um viés de vida orgânico ou genético, esquecendo de que o ser humano é múltiplo enquanto ser sócio-histórico que é e da forma como se constitui como sujeito.

O que, muitas vezes, é ignorado de certa forma na sua constituição de subjetividades desse indivíduo, e em sua dimensão sócio-histórica. Portanto, esse ser poderia facilmente ser condicionado a um sujeito rotulado em seu psicodiagnóstico que, por vezes, no modo que se efetiva acaba incorrendo em destituição de sua dignidade, e de certo modo desumanizando o seu processo educacional.

Para Foucault apud Felix et al. (2022), a sociedade capitalista exerce controle social sobre os indivíduos não apenas pela lógica da consciência ou da ideologia, mas sim iniciando pelo corpo, pois para ele o corpo é uma realidade biopolítica, que na visão foucaultiana é um movimento segundo o qual, a partir do século XVIII, a vida biológica começa a se converter em objeto da política.

Dessa forma, a vida biológica passa a ser produzida, e segundo Castro apud Wermuth (2017), a vida passaria a ser administrada como particularidade, mesmo sendo objeto de normalização, ou seja, essa implicação da vida biológica estaria imbricada nos cálculos e nos mecanismos de poder, onde se fundamenta toda sorte de controle e obediência aos interesses do capital.

O que se concebe é a visão que desumaniza e tenta homogeneizar o processo ensino-aprendizagem, onde seja necessário ajustar-se à realidade posta, e aqueles que não se adéquam, seriam tidos apenas como números estereotipados.

Segundo Sousa, apud Scarin (2020), as queixas escolares estariam correlacionadas aos problemas emocionais, assim como as dificuldades de aprendizagem, que dificultam as relações sociais dentro da própria instituição. Sendo assim, discute-se de forma profícua acerca do psicodiagnóstico, pois, para ela:

Ao considerar que as causas da queixa escolar encontram-se no psiquismo (problemas emocionais) ou no rebaixamento intelectual (deficiência mental), que é importante ressaltar a maioria das vezes as crianças não apresentam.

Continuamos eximindo o sistema escolar da participação e/ou produção dessas dificuldades. Desconsiderar a produção do fracasso escolar no conjunto de relações do processo de escolarização dificulta propor ações que venham a modificar, pelo menos minimamente, as relações escolares. (Souza, 2007, p.52)

Pode-se inferir que a produção do fracasso escolar é vista como um viés de culpabilização individual, e está correlacionado a um conjunto de fatores que podem ser determinantes para a sustentabilidade do processo de naturalização do fracasso escolar, que se consubstancia ora em queixas escolares, e que se fundamentam em diagnósticos de forma imprecisa e de maneira indiscriminada, que reforçam a lógica patologizante.

O que se percebe é que muito mais do que discutir apenas formas de medicalização dos problemas e dificuldades apresentadas por educandos rotulados como 'problemas', se faz necessário analisar as reais causas do problema, por uma equipe multidisciplinar.

Nesse sentido haverá a necessidade de um acompanhamento de modo especializado, de forma que se permita ser trabalhada com esse aluno/a, a sua dificuldade de aprendizagem, e dessa forma ele aprenda e se desenvolva, ocorrendo muitas vezes a necessidade, portanto de um laudo técnico bem fundamentado, que lhes auxilie num tratamento terapêutico especializado, e que instrumentalize seu desenvolvimento.

Por conseguinte, poderíamos estar diante de uma geração de medicalizados e estigmatizados, sendo muitas vezes tolhidos do direito de aprender. E, também, de poderem continuar o seu processo de desenvolvimento dentre as especificidades de cada um e da sua singularidade como pessoa.

Para Fernández (2008) o sujeito aprende, enquanto humano, a partir de identificações com os ensinamentos no âmbito familiar e só depois no âmbito escolar e social que o aceite como um ser pensante. Para ela, o sujeito é diferente e precisa ser dado ao aprendente o lugar de diferença, e assim forneça a esse ser a possibilidade de formar a autonomia de seu pensamento e de sua singularidade.

Como bem explicita a autora, o sujeito é forjado na sua essência como um ser diferente e, portanto, é dever da escola olhar e tratar os diferentes nas suas especificidades, não com indiferença, mas como valor da singularidade da pessoa humana e de suas potencialidades como um ser humano que é com suas diferenças e possibilidades.

Quando a escola olha a todos de forma homogênea desconsiderando a diversidade existente, que é atendida por ela, acaba por reforçar formas estereotipadas através de uma práxis pedagógica, que não dialoga com a realidade do sujeito.

Dessa forma, a resolução do problema, poderia acontecer de modo que não fosse simplista e tão pouco buscasse culpabilizar ora a família, a criança e também os professores que, em sua maioria, dada a precariedade na formação inicial e continuada, não conseguem lidar com a problemática de forma exitosa.

Sendo assim, haveria a necessidade de um acompanhamento de modo especializado, de forma que viesse ser trabalhada com esse aluno/a, a sua dificuldade de aprendizagem, e dessa forma ele pudesse conseguir aprender e desenvolver-se. De modo, que ele/a estivesse amparado com um laudo técnico bem fundamentado, que lhe auxiliasse num tratamento terapêutico especializado, e que instrumentalizasse suas potencialidades, e com isso o seu desenvolvimento.

3. METODOLOGIA

O referido trabalho tem o intuito de responder as inquietações pertinentes à problemática, que é a patologização do fracasso escolar e, dessa forma, optou-se por realizá-lo através de revisão de literatura ancorado em estudos já existentes e está focado em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa.

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica tem a vantagem de permitir ao investigador o alcance de uma série mais abrangente de fenômenos do que a pesquisa direta, uma vez que se tornaria difícil pesquisar sobre um tema em que o problema requer muitos dados dispersos pelo espaço.

Nesse sentido, o levantamento realizado de produções científicas foram consultadas em: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Scientific Electronic de um Library Online (SciELO) e Portal periódicos CAPES, site da PUC- SP, Google acadêmico, site do UNICEF- Brasil.

Esse trabalho estará assentado numa revisão de literatura a partir da análise de artigos científicos, base de produções acadêmicas em consonância com a problemática. O material a ser utilizado está sendo separado de acordo com a abrangência da temática abordada.

No início foram lidos 15 artigos, dado o período dos últimos dez (10) anos. Dos 15 artigos analisados se utilizou 10 (dez), como análise de conteúdo, sendo estes 10 artigos dos últimos cinco anos, assim possibilitou um plano de leitura eficaz e uma análise acurada sobre a temática.

A partir da análise acerca da temática pôde-se inferir que a categorização se daria de acordo com as nuances da problemática, a partir da centralidade de palavras-chave convergentes à temática, já que seria necessário responder alguns questionamentos propositivos a respeito do tema, pois, as categorias dariam base à análise de conteúdo do trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise a ser realizada é baseada em artigos científicos publicados e indexados nas seguintes produções acadêmicas ora descritos na metodologia. Para análise e efeito de estudo dos dados encontrados focaram-se em 10 (dez) artigos selecionados, sendo estes dos últimos cinco anos, valendo-se da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Já que análise de conteúdo, como afirma Bardin apud Santos (2012), é um tipo de método utilizado para pesquisa qualitativa, podendo ser realizada em três etapas: na primeira etapa se faz através da organização de todo o material, onde se pode realizar o levantamento do que será utilizado na pesquisa.

Logo em seguida, na segunda etapa, que é a de codificação, momento este que se divide em dois processos, que são chamados de unidade de registro, onde se prioriza o que vai ser utilizado na pesquisa, enquanto que na unidade de contexto, pode-se ter o foco no que realmente interessa para responder aos questionamentos da pesquisa.

Enquanto que a terceira fase é o momento de categorização do material, que subsidiará o tratamento dos dados coletados através de inferência interpretativa, que é uma interpretação controlada em base teórica e fundamentação consistente sem o viés de achismos do (a) pesquisador (a).

Sendo assim, para fins de organização dos dados, após a leitura dos artigos na íntegra, que puderam subsidiar a formulação das três categorias de análise: 1) Os fatores desencadeantes do processo de patologização do fracasso escolar; 2) Os riscos e consequências do uso indiscriminado de diagnósticos patologizantes; 3) Como a psicologia escolar poderia contribuir para reversão do quadro de patologização do fracasso escolar.

É de suma importância pautar essa discussão sobre a patologização do fracasso escolar, a partir da análise do que seja de fato o insucesso escolar, com isso poder atentar para os diferentes fatores que ensejam e, que corrobora para que alguns alunos fracassem na escola.

Há muitas obviedades diante dessa problemática, mas se faz necessário discutir à luz da psicologia educacional e de um olhar criterioso e científico acerca do

problema, para que não se incorra em ditos e arroubos que culminem na lógica patologizante, que se dissemina de forma assustadora no âmbito escolar.

O fracasso escolar é tido como um conjunto de fatores que desencadeiam a não aprendizagem de um indivíduo, que por sua vez estará estigmatizado por seu dito fracasso, que ora se traduz em dificuldade de aprender. Portanto, não sendo um apto aprendiz e que poderá cultivar em sua trajetória escolar estigmas e estereótipos do típico aluno que não se enquadra na lógica e no fazer pedagógico da escola, que se faz de forma autoritária e hegemônica do saber construído ao longo dos séculos.

Para Freire (2005), a desumanização do outro é evidenciada no fracasso escolar, que tem sua humanidade roubada, mas também ainda que de forma diferente, é a distorção da vocação do ser mais que o outro. Nesse sentido, pode-se ver a negação do outro, tido apenas como ‘problema’ que legitima a opressão histórica que se assevera numa prática medicalizante e excludente.

É importante observar na lógica capitalista e individualizante o sujeito é responsável ora pelo seu sucesso, bem mais pelo seu fracasso. O conhecimento e os saberes são apartados de sua realidade, às vezes ficando alheio à sua significação e dessa forma corroborando para a sua marginalização frente ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido é crucial compreender os diferentes fatores que desencadeiam o fracasso escolar nos diferentes contextos do âmbito escolar, e assim conseguir elencar possibilidades de superação desses entraves que prejudicam e reforçam a lógica excludente no processo ensino- aprendizagem.

1. Os fatores desencadeantes do processo de patologização do fracasso escolar

O processo de fracasso escolar insurge de inúmeros fatores que se coadunam em diferentes contextos da realidade educacional brasileira, e não pode ser analisado de forma isolada. O fracasso escolar, embora seja de forma unilateral, posto em aspectos da vida da criança, ele se apresenta em diversas nuances que estão presentes na realidade da vida escolar de cada educando, que infelizmente é ignorada quando se atém a um diagnóstico impreciso, mas de ordem formal e clínico.

Segundo Patto (2000) o fracasso escolar tende a ser concebido como resultante de distúrbios de personalidade ou de obstáculos – sejam eles orgânicos, afetivos, familiares ou culturais – que afetam o sujeito isoladamente. Nessa mesma construção dialógica é possível extrair a lógica da culpabilização do indivíduo, onde recaia sobre ele mesmo o duro fardo de seu insucesso, sendo assim, ele é tido como responsável pelo seu fracasso, portanto, culpabilizado pelo seu não aprender.

Dessa forma, essa análise é um poderoso elemento no processo de legitimação do suposto caráter individual em o ocultamento de suas raízes sociais e escolares, que de certo modo desvela a violência simbólica discutida por Bourdieu (2000) e, é em si, uma consubstanciação da ordem vigente, pois a legitimação da violência simbólica se dar na narrativa, que há uns predestinados a aprender e outros que serão não aprendente dada às suas anormalidades.

A escola é e deveria ser o espaço de oportunidade para a criança desenvolver-se como sujeito de direito, e quando isso lhe é negado, por sua diferença ou por este apresentar elementos que o diferenciam da dita normalidade dominante poderíamos estar diante de um discurso meritocrático, onde se exerce o poder de abstrair o conhecimento somente pelos mais aptos e qualificados.

No entanto, a lógica meritocrática escamoteia a ideologia de um modelo excludente que assevera e legitima a construção de paradigmas que irão reforçar ainda mais as desigualdades sociais, que podem ser reforçadas na estigmatização daqueles que aprendem *versus* ao que tem dificuldades de aprender.

Nessa perspectiva, Althusser (1985) referenda que a escola é vista como um aparelho ideológico do Estado, e é utilizada, muitas vezes, para legitimar as desigualdades sociais, e de forma cabal conseguir dividir os que podem aprender e os que não conseguem aprender. Daí pode-se inferir que esses teriam dificuldades, e que estas seriam transformadas em patologias. Com isso, fortalecendo o discurso de segregação social, que se sobrepõe às camadas populares e é fortalecido na lógica patologizante do fracasso escolar.

A base elementar do fracasso escolar no sistema educacional brasileiro está fortemente atrelada à falta de estrutura dos equipamentos escolares, pois a maioria das escolas brasileiras são carentes de infraestrutura, que poderia ser melhor otimizada para atender aos alunos em suas especificidades. Entretanto, a escola assume, por vezes, o discurso hegemônico e de homogeneização do alunado, sem

com isso levar em consideração as singularidades que permeiam a trajetória escolar e possíveis dificuldades que são latentes no percurso escolar (SOUSA, 2010).

O fracasso escolar sob a ótica da patologização busca-se culpados, pois para a visão capitalista e dominante é bem mais simples escamotear os reais problemas que envolvem o não aprender, que buscar uma solução efetiva. E, dessa forma, é muito mais condizente pautar a lógica medicalizante do que entender as relações sociais desse sujeito e de suas vivências como um ser inacabado e aprendente.

O que se percebe é que os educandos ora por um comportamento ou disfunções emocionais, ora por apresentarem problemas de ordem socioemocional são colocados e tidos como alunos-problema, pois, esta visão em si não resolve o problema, mas revela um estigma pertinente no fazer pedagógico relacionado a alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

A realidade educacional brasileira espelha na, maioria das vezes, crianças e jovens em situação de dificuldades de aprendizagem, o que já é bastante desafiador para o processo educacional no país.

Quando se soma a essa perspectiva de condições adversas como o contexto pandêmico, período onde as crianças ficaram sob confinamento e isolamento social, o que se percebe é que houve um agravamento das dificuldades já existentes no contexto escolar.

O que se assevera é que as dificuldades ora apresentadas no contexto de sala de aula, como dificuldades no processo de alfabetização, no domínio da aquisição da leitura e escrita, infelizmente se somam a estes problemas de ordem emocional como ansiedade e transtornos de aprendizagem, que dificultam ainda mais o processo de ensino e aprendizagem.

É nesse momento tão crucial para a educação que a criança, enquanto um corpo adoecido passa a vivenciar os estigmas e rótulos como o sujeito tido como o 'aluno da inclusão/diferente', passando a não ter nome e, sendo este descaracterizado de sua própria identidade, bem como de sua dignidade humana.

2. Os riscos e consequências do uso indiscriminado de diagnóstico patologizante

A lógica patologizante está associada ao aumento do número de psicodiagnóstico, notadamente nas duas últimas décadas. E tem despertado

questionamentos acerca do motivo pelo qual isso vem acontecendo, tanto quanto acerca de suas consequências.

Segundo o CDC (Center For Disease Control and Prevention), que é o Centro de Controle e Prevenção de Doenças nos (EUA), a prevalência de pessoas diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), vem aumentando progressivamente ao longo dos anos. Em 2004 o número divulgado pelo CDC, era de 01 a cada 166. Em 2012, esse estava em 01 para 88. Já em 2018, passou a 01 em 55. Em 2020, a prevalência divulgada estava em 1 a 54. Já em dezembro de 2021, número atual de 01 a cada 36 crianças.

No Brasil, a prevalência é estimada em dois milhões de indivíduos com TEA, considerando uma prevalência global de 1% descrita no – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Apesar da escassez de dados epidemiológicos sobre o TEA no Brasil, segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2019), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve um aumento de cerca de 37%, de diagnósticos entre os anos de 2017 e 2018 no número de alunos com TEA matriculados em classes comuns no país.

Diante do exposto acima se pode inferir que o aumento de psicodiagnóstico há correlação ao incremento e apelo mercadológico da indústria farmacêutica, desde a década de 1990, ainda nos Estados Unidos, através da referência dos DSM-5 (2023), que orienta a classificação de patologias como TDAH, transtornos diversos como dislexia, TEA – Transtorno do Espectro Autista, TOD- Transtorno Opositor Desafiador, e os mais diferentes distúrbios.

O aumento significativo de casos de diagnósticos, que podem ser facilmente confundidos com dificuldades de aprendizagem, tem despertado o interesse da medicina, bem como da indústria farmacêutica. No entanto, não se pode negar que existam casos que de fato precisam de um acompanhamento multidisciplinar e terapêutico, sem com isso ensejar em ação medicamentosa.

Em momento algum se pode questionar a existência de casos pontuais e a necessidade do uso de fármacos e medicamentos, mas não se pode é submeter-se a lógica da medicalização e do adoecimento psíquico sem uma análise profícua da historicidade desse sujeito, bem como de sua família, e de suas relações sociais.

O número de diagnósticos que tem evidenciado tantos casos baseados em protocolos homogêneos, que por vezes já chegam aos consultórios já pré –

estabelecidos e orientados ora pelo desejo da família e também da escola, é acerca disso que a discussão se apropria oportunamente, pois ser contra a medicalização é ser contra esse processo de confundir questões, que são de ordem coletiva, de certos funcionamentos institucionais, e que de certa maneira atinge uma coletividade, enquanto se reporta apenas em poder dizer que é uma questão individual e pessoal.

Nesse sentido, a medicalização tem também outra função que é menos evidente, sendo de controle social e de dominação dos corpos, pois segundo Maia (2020) essa dominação acaba acarretando dor, sofrimento, perda de identidade, baixa autoestima e confiança, deixando de criar expectativa sobre si mesmo. E ademais é ter que conviver com os rótulos impostos pela sociedade ao longo de sua trajetória escolar, bem como por uma vida inteira.

Segundo estudos de Souza (2010) a normalidade está sendo capturada pela multiplicidade de diagnósticos, e isso ocorre em circunstâncias pós-pandemia, que segundo ela pode ter agravado ainda mais as questões existenciais. Nesse escopo é extremamente difícil uma criança ser submetida a uma avaliação neuropsicológica de forma fechada, através de um teste padronizado sem se fazer uma investigação de ordem científica, sem levar em consideração aspectos familiares, culturais e de lazer, com isso reforçando apenas os estereótipos e estigmatizações.

Dessa forma, o que se vê é o advento do uso de medicalização no contexto escolar proveniente de diagnóstico impreciso e, por vezes, açodado para cumprir os anseios de uma sociedade adoecida e pautada na lógica da solução mágica e medicalizante que é tão propalada pela indústria farmacêutica, e isso, é baseada na patologização do ser como um sujeito adoecido, quando não corresponde à lógica da meritocracia dominante.

3. Como a psicologia escolar e educacional poderia contribuir com possibilidades de uma análise crítica para um processo de despatologização do fracasso escolar

A análise que se pode inferir é que a Psicologia é uma das áreas que tem recebido de forma indiscriminada demandas oriundas do chão da escola demonstrando assim a sua relevância para a sociedade em seus anseios. Pode-se evidenciar que o aumento de diagnósticos é fruto desse ensejo. Estes, por sua vez, são realizados através dos atendimentos decorridos, já que a escola e as famílias

veem na área da psicologia possibilidades ora momentâneas de uma solução por via medicamentosa, assim reforçando a lógica patologizante.

Para Júnior e Lepre (2020) acredita-se que a importância histórica da psicologia, bem como dos profissionais, pode não só reforçar a prática medicalizante, mas fazer o reverso. Já que, por serem profissionais, detêm a capacidade técnica para aplicarem testes psicológicos a fim de avaliarem não só possíveis distúrbios, transtornos, níveis de inteligência, e outros com isso sem incorrer na reprodução de rótulos estigmatizantes.

A contribuição da Psicologia Educacional e Escolar perpassa pela superação de análise individualizante e medicalizante, pautando-se por reflexões acerca da complexidade das relações que incidem no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, as atribuições de um profissional, enquanto psicólogo (a) é levar em consideração a subjetividade e sua singularidade, podendo agir de forma conjunta com os professores e comunidade escolar.

Os profissionais da área da psicologia que pautam sua atenção na educação básica podem atuar institucionalmente na escola com a possibilidade de conhecer o chão da escola através da política de construção e reformulação da Proposta Pedagógica (PP), contribuir por uma gestão democrática, propor trabalhos com grupos de alunos. Podendo, a partir dessa prática, segundo Penteado e Guzzo (2010) apropriar-se dos elementos constitutivos que forjam as diferenças e que compõem a historicidade da comunidade escolar.

A Psicologia Escolar e Educacional luta pela valorização do trabalho do professor, onde haja relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização da vida dos educadores e estudantes. O trabalho com a formação continuada de educadores, na visão de Facci (2004), pode resultar numa intervenção de mediação fortalecendo a atuação do professor como agente principal no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o auxílio psicopedagógico vai muito além do atendimento especializado, mas pode ser preponderante enquanto uma rede multidisciplinar, sem com isso comprometer o trabalho pedagógico do professor, mas agir de forma conjunta entre entes envolvidos no processo de reversão dos problemas que acarretariam a não aprendizagem.

Nesse sentido, é importante ressaltar a contribuição dos atendimentos terapêuticos através de roda de conversa, palestras, discussões onde se evidencie o

combate não só dos efeitos perniciosos da medicalização, mas o entendimento e compreensão dos processos que levam a patologização (SOUZA, 2010).

É de suma importância que a criança encontre na escola a escuta especializada, que ela sinta confiança de poder externar suas angústias, que a sala de aula seja um espaço onde mais importante que aprender a acumular saberes, é poder saber lidar com suas emoções, e ver o outro como diferente, não patologizante.

Numa sociedade adoecida, se faz pertinente que haja a promoção da saúde mental, onde se estimule as potencialidades da pessoa humana, fortalecendo práticas saudáveis, pois segundo a lógica da medicalização, o sujeito adoecido é descaracterizado de sua essência como ser despossuído de sua dignidade.

Sendo assim, as contribuições da psicologia escolar e educacional podem e devem ser reforçadas num contexto urgente e desafiador, que é o momento que em que a sociedade está imersa, pois não dar para tratar o sujeito apenas como um corpo adoecido, que ora apresenta uma dificuldade.

É preciso romper com a visão do ser biopatológico, olhar de forma humana nas potencialidades desse educando como um ser aprendente, e de certa forma assegurar que a despatologização é um caminho a ser perseguido como possibilidade de uma nova prática contrária à visão medicalizante, onde não se veja mais o sujeito como um corpo adoecido, que apresenta dificuldades sim, mas que podem ser trabalhadas de forma multidisciplinar entre escola, família e uma rede com profissionais especializados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise e com muito cuidado o referido trabalho desde então observa que a patologização do fracasso escolar é um mecanismo utilizado de forma a mascarar os diferentes fatores que ensejam nos inúmeros problemas que permeiam a realidade escolar, bem como as dificuldades apresentadas por crianças com dificuldades de aprendizagem.

Desse modo, é possível descortinar que a lógica medicalizante é uma resposta aos apelos da indústria de fármacos para crianças e adolescentes com o uso indiscriminado de drogas sintéticas sem que leve em consideração as reais causas dos fatores em profundidade no histórico familiar e pedagógico dessas crianças.

A escola não pode tampouco ser subutilizada na lógica da medicalização, pois se sabe que a realidade enfrentada no chão da escola pública é desafiadora, dada a problemas de formação inicial do professor, e também da falta de formação continuada, de um suporte que permita um diagnóstico preciso de como esse educador possa trabalhar com essa criança tendo esta o seu direito de aprendizagem garantido, bem como o profissional de educação as condições mínimas de exercer sua profissão.

É demasiadamente desproporcional considerar a possibilidade de não querer refutar a contribuição de um olhar cuidadoso de profissionais de uma rede multidisciplinar que possa, assim, diante de uma análise criteriosa, sanar as dúvidas e buscar soluções entre a rede pedagógica e clínica, e também sob a ótica e análise da Psicologia Educacional e Escolar, bem como de profissionais da área de saúde e suas especialidades.

Sendo assim, é extremamente fundamental que se busque a promoção da saúde mental, que pode ser evidenciada através também do acesso e garantia dos direitos básicos de saúde, bem como da rede de proteção e bem-estar social, atrelado às condições de ambiente seguro e que promovam saúde e qualidade de vida nas escolas brasileiras e que de fato se promova/estime as potencialidades da pessoa humana, fortalecendo seus aspectos saudáveis (Bressan *et al.*, 2014).

Ademais, é de suma importância discorrer sobre os inúmeros fatores desencadeantes do fracasso escolar, que podem ser resolvidos em suas

particularidades, sem incorrer em achismos, ou até mesmo na banalização da patologização do fracasso escolar, tendo a criança como a principal culpada de um fracasso que, na maioria das vezes, não é apenas seu, mas de toda uma política educacional, que está eivada de preconceitos e sustentada na mercantilização do ser humano como visto de forma patológica.

Por fim, essa discussão não se esgota em si mesma, mas avança outras possibilidades de estudos acerca da temática, pois a patologização do fracasso escolar poderia ser aprofundada em diferentes pesquisas, que possam assim, corroborar com a não reprodução da lógica patologizante, onde o cerne seja sempre a despatologização, e que se pautem pela valorização da vida e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRESSAN, R. A. *et al.* **Promoção da saúde mental e prevenção de transtornos mentais no contexto escolar**. In: ESTANISLAU, G.M. & BRESSAN, R. A. (org.) *Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber*. Porto alegre: Artmed. 2014, p 37-47.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASSIANO SILVA, J.; ARRUDA NUNES, A. C. de. A medicalização do fracasso escolar na concepção dos pais e/ou responsáveis de crianças com queixa escolar. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 1104–1127, 2021. DOI: 10.14393/OT2021v23.n.3.62210. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/62210>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaultianas**. Una história conceptual de Labiopolítica. La Plata: Unise Editorial Universitária , 2011.
- COLLARES, C.A. L; Moysés, A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). **Séries Ideias: Fundação de Desenvolvimento da Educação**, 23 (Cultura e saúde na escola), p.25-3.
- CHRISTOFARI, A.C. *et al.* Medicalização dos modos de ser e aprender. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, out./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623642057>. Acesso 05 de fev. de 2024.
- CRP. **Medicalizar não é a solução – A psicologia e sua interface com a medicalização**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2014. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cartilhas/medicalizacao/miolomedicalizacao.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2024.
- CRP. **Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento – Caderno temático 33**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2019. Disponível em: <https://www.crsp.org/uploads/impresso/2712/2REvRIZxOwmcqcla4uOjLBNciVB D6yAr.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2024.
- Empório do Direito. **O conceito de Biopolítica em Michel Foucault**. São Paulo, 13 jan. 2017. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/o-conceito-de-biopolitica-em-michel-foucault-notas-sobre-um-canteiro-arqueologico-inacabado>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FACCI, M. G. D, et al. **A exclusão dos incluídos: uma crítica da Psico-62.** Conselho Federal de Psicologia Lógica da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: UEM, 2011.v.1, pp.345 -370. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200016. Acesso em: 14 de maio de 2024.

FELIX, A. R et al., **Patologização e Medicalização Infantil no contexto escolar: Uso prejudicial e indevido de medicamentos.** Revista Científica de Psicologia da FAEF, v.38, n. 1 maio de 2022. Disponível em: http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/KvUESLAifwrx1sU_2022-7-7-19-7-43.pdf. Acesso em: 16 maio de 2024

FARIA, S. E. F. Medicalização da infância: patologização e rotulação na alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes Múltiplos**, Iguaçú, v. 7, n. 3, p. 142-157, jul./2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329844229_medicalizacao_da_infancia_pa_tologizac_ao_e_rotulacao_na_alfabetizacao. Acesso em: 21 mar. 2024.

FERNÁNDEZ, A. **A atenção aprisionada: Psicopedagogia da capacidade atencional.** Porto Alegre: Penso 2012.

FERNÁNDEZ, A. **Entrevista.** Alicia Fernández. Entrevista realizada por Luiz Oliveira em 2008. Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR105G0&p=Entrevista+de+Al%C3%ADcia+Fern%C3%A1ndez>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 84ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C. Ano da Educação para os Psicólogos: encaminhamentos e próximos passos. In: R. S. L. GUZZO; C. M. MARINHO-ARAÚJO (Orgs.). **Psicologia Escolar - identificando e superando barreiras.** Campinas: Alínea, 2011. pp. 11-31.

LIMA, W. P.; GUIMARÃES DE FARIA, G. G. • Medicalização e fracasso escolar: introdução à construção do discurso hegemônico. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 01–17, 2019. DOI: 10.5216/rir. v15i1.53834. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/53834>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MAIA, C. M. F. **Psicologia escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação.** 2017. lx. 84 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Universidade de Brasília, Brasília, 2017

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. *Psic. Esc. Educ.* [online]. 2012, v. 16, n. 1, p. 136-142. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572012000100014>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

JÚNIOR, S. P; LEPRE, M. R. Os problemas de aprendizagem e a polarização da educação na atualidade: reflexões a partir da psicologia e da educação. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809 – 8207, 17, 329 – 345, 2020.

PATTO, Maria Helena Sousa. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1996, p 29-48.

PATTO, Maria Helena Sousa. **O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso**. Cad. Pesqui. 1988, p 65:72-7

PENTEADO, T. C. Z.; GUZZO, R. S. L. Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo: ABRAPSO, v. 22, n. 3, pp. 569-577, 2010.

PEREIRA, A. G. A; BOMFIM, A.P. **Infância e aprendizagem: um estudo sobre a patologização no âmbito escolar**. Repositório Universitário da Ânima, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13390>. Acesso em: 15 de fev. de 2024

REGHELIN, Michele Melo. A medicalização do Fracasso Escolar. *Revista de Psicanálise – Grandes temas do conhecimento*, ed. 4, São Paulo: Editora Mythos, 2015. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrFOurMwQVm2AQAOKDz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1712862925/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.academia.edu%2f24718928%2fA_Medicaliza%25C3%25A7%25C3%25A3_o_do_Fracasso_Escolar/RK=2/RS=EQ9GaTI6fzstFgAVAZh0oXMwbzQ-. Acesso em: 02 de fev. de 2024.

SANTOS, F. M. dos. **Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin**. Revista Eletrônica de Educação, [S.l.], v.6, n.1 p.383-387, 2012. Doi: 10.14244%19827199291. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br./index.php/reveduc./article/view/291>. Acesso em: 31 maio.2024.

Serpa, O. (2003). Indivíduo, organismo e doença: a atualidade de "o normal e o patológico" de Georges Canguilhem. *Psicologia Clínica*, 15(1), 121-135. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200016. Acesso em: 27 de maio. 2024.

SOUZA, M. P. R. de. 2020. Medicalização da educação e da sociedade no Brasil: Trilhando caminhos. **Educação, Sociedade & Culturas**. 57 (Dez. 2020), 11–29. Disponível em: DOI:<https://doi.org/10.34626/esc.vi57>

SOUZA, B. de P. PUXANDO O TAPETE DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO: UMA OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 299–316, 2014. DOI: 10.14572/nuances.v25i1.2733. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2733>. Acesso em: 19 abr. 2024

SOUSA, M. P. R. (2010). Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. *In*: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional de Queixa Escolar (Eds.), *Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais à doença de indivíduos* (vol. 1, pp. 56-68). São Paulo: Casa do Psicólogo.

PATTO, Maria Helena Sousa. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1996, p 29-48.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. ***Psicol. Esc. Educ.*** [online]. 2012, v, 16, n 1, p. 136-142. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572012000100014>. Acesso em: 03 de mar.de 2024.

UNICEF. **Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia**. Nova York, 28 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

UOL. **Viva bem: Aumenta o número de alunos com autismo no Brasil**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2024/04/02/numero-de-alunos-com-autismo-matriculados-nas-escolas-do-brasil-cresceu-48.htm>. São Paulo, 02 de abr. de 2024. Acesso em: 14 de abr. de 2024.